

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA**

**LUISIANE RIBAS LISCANO**

**A ARTICULAÇÃO DO PROGRAMA PRIMARIA INFANCIA MELHOR E A  
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERCEPÇÕES A PARTIR DA  
ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

**SÃO BORJA**

**2021**

**LUISIANE RIBAS LISCANO**

**A ARTICULAÇÃO DO PROGRAMA PRIMERIA INFÂNCIA MELHOR E A  
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERCEPÇÕES A PARTIR DA  
ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-graduação Latu Sensu em Políticas de Atenção a Criança e Adolescente em Situação de Violência da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

**SÃO BORJA**

**2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

L769a Liscano, Luisiane Ribas

A ARTICULAÇÃO DO PROGRAMA PRIMERIA INFÂNCIA MELHOR E A  
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERCEPÇÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO  
PROFISSIONAL / Luisiane Ribas Liscano.

23 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Especialização)--  
Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE  
ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, 2021.  
"Orientação: Solange Emilene Berwig".

1. Primeira infância. 2. PIM. 3. Assistência Social. 4.  
Proteção.. I. Título.



**LUSIANE RIBAS LISCANO**

**A ARTICULAÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERCEPÇÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Políticas de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Violência da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Políticas de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Violência.

Dissertação defendida e aprovada em: 06 de setembro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof.ª Dra Solange Emilene Berwig  
Orientadora  
(Unipampa)

---

Prof.ª Dra Jaina Raquel Pedersen  
(Unipampa)

10/21

Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva  
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/09/2021, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAINA RAQUELI PEDERSEN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/09/2021, às 23:10, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JORGE ALEXANDRE DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/09/2021, às 23:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orcao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0606206** e o código CRC **DA5D69DA**.

*[Handwritten mark]*

## SUMÁRIO

<b>Resumo .....</b>	<b>07</b>
<b>Resumen .....</b>	<b>07</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>08</b>
<b>Aproximação com a primeira infância .....</b>	<b>09</b>
<b>Políticas e programas voltados à primeira infância .....</b>	<b>10</b>
<b>O olhar profissional para com a primeira infância e a articulação com a política pública de Assistência Social .....</b>	<b>17</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>21</b>
<b>Referências .....</b>	<b>22</b>

## **A articulação do Programa Primeira Infância melhor e a Política de Assistência Social: percepções a partir da atuação profissional**

### **La articulación del Programa de la Primera Infancia Mejor y la Política de Asistencia Social: percepciones del desempeño profesional**

Luisiane Ribas Liscano<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo expressa as reflexões construídas ao longo da Especialização em Políticas de Atenção a Criança e Adolescente em Situação de Violência (ECASVI) da Universidade Federal do Pampa. O objetivo deste estudo foi contribuir para o estudo da proteção à primeira infância tendo como pano de fundo as ações desenvolvidas no Programa Primeira Infância Melhor – PIM articulado as ações da política de assistência social. Trata-se de uma reflexão teórica mediada pelas ações profissionais da experiência empírica da autora. Para desenvolver este texto organizamos o estudo em três itens centrais: a discussão sobre a primeira infância; a assistência social e o programa PIM como estratégias de proteção e desenvolvimento; e, reflexões a partir das experiências do trabalho profissional do serviço social. Por fim as considerações que pontam para elementos contraditórios do percurso no campo da proteção à primeira infância ao mesmo tempo que apontam para ações de proteção considerando o público a que se destinam os serviços e programas desta natureza.

**Palavras-chave:** Primeira infância; PIM; Assistência Social; Proteção.

**Resumen:** Este artículo expresa las reflexiones construidas durante la Especialización en Políticas de Atención a la Niñez y Adolescencia en Situaciones de Violencia (ECASVI) de la Universidad Federal de la Pampa. El objetivo de este estudio fue contribuir al estudio de la protección de la primera infancia a partir de los antecedentes de las acciones desarrolladas en el Mejor Programa de Primera Infancia - PIM articulado con las acciones de la política asistencial. Es una reflexión teórica mediada por las acciones profesionales de la experiencia empírica del autor. Para desarrollar este texto, organizamos el estudio en tres temas centrales: la discusión sobre la primera infancia; la asistencia social y el programa PIM como estrategias de protección y desarrollo; y, reflexiones a partir de las experiencias del trabajo profesional en el servicio social. Finalmente, las consideraciones que apuntan a elementos contradictorios del camino en el campo de la protección de la primera infancia, al tiempo que apuntan a acciones de protección considerando el público objetivo de servicios y programas de esta naturaleza.

**Palabras clave:** Primera infancia; PIM; Asistencia social; Protección.

## **Introdução**

A construção deste artigo busca enfatizar a articulação da Assistência Social com as demais políticas ao ofertar as propostas desenvolvidas pelo Programa Primeira Infância

---

<sup>1</sup> Assistente Social, graduada pela UNIPAMPA campus São Borja. Atua na política de assistência social do município de Jaguari/RS. Estudante da Especialização em Políticas de Atenção a Criança e Adolescente em Situação de Violência (ECASVI).



Melhor (PIM), que é um programa estadual voltado ao desenvolvimento infantil, que atende à criança desde a sua concepção, iniciando suas intervenções com a família, a partir da gestação até os seis anos de idade da criança.

O objeto central deste trabalho é, portanto, refletir sobre a proteção da primeira infância. A partir do que se busca conceituando a fase inicial da vida e a importância da realização de projetos e atividades voltadas à esta faixa etária, é que se vê a importância da articulação entre as políticas públicas desenvolvidas para proteção e promoção da primeira infância. Ao direcionar o estudo para a faixa etária da primeira infância, traz-se a apresentação do PIM como uma das principais atividades sociais voltadas a este público.

A escolha desse tema de estudo ocorreu a partir da inserção da estudante e trabalhadora - técnica de Serviço Social dentro do programa, vendo a importância da realização do trabalho do mesmo para a sociedade em que é desenvolvido. Embora o PIM seja um programa desenvolvido pela política de Saúde, há dentro de seu contexto a articulação com as políticas de Assistência Social e Educação, onde em cada município em que o programa está implantado, deve-se ter um técnico de ensino superior que sejam atuantes em cada uma das referidas políticas. Contudo, dar-se-á ênfase ao trabalho realizado pelo PIM em articulação com a Assistência Social.

Com isso, objetiva-se analisar, através da prática profissional os movimentos voltados ao desenvolvimento e à importância da articulação do objeto de estudo com o público assistido pelo programa. Para isso é necessário identificar as potencialidades oferecidas pelo programa, reconhecendo a importância de se ter um programa voltado diretamente ao desenvolvimento infantil, caracterizado pelo trabalho com famílias e indivíduos desde a concepção da criança até que ela complete os seis anos de idade e o impacto dos resultados percebidos com a realização das atividades oferecidas pelo PIM.

Como caminhos metodológicos, foram utilizados materiais já existentes acerca da temática da primeira infância, pesquisas através do site exclusivo do programa e a experiência profissional como parte do Grupo Técnico Municipal (GTM) do PIM no município de Jaguari. Assim, o presente trabalho tem como base a atuação enquanto assistente social, no Programa Primeira Infância Melhor. Além disso, entre as questões a serem abordadas aqui está o ato de perceber como o Programa Primeira Infância Melhor contribui para o desenvolvimento infantil, e como se dá a sua articulação com a política de Assistência Social. Mas, o mais relevante questionamento é: Pode-se considerar o PIM como parte do Sistema de Proteção Social?

Ademais, torna-se importante algumas conceituações e apresentações de pontos que aqui serão abordados, como primeira infância, atuação profissional do assistente social, assistência social e proteção social. Ao direcionar o olhar para as políticas públicas, é relevante que se saiba, conceitualmente a definição de primeira infância para assim obter conhecimento de programas direcionados à esta faixa etária.

Este estudo está organizado em 5 itens (a contar com esta introdução e conclusão) que discorrem sobre a primeira infância, suas definições e marcos regulatórios enquanto aspectos relevantes para organização do campo da proteção social às crianças. O segundo item apresenta o campo da política de assistência social e o programa PIM como mecanismos vigentes para proteção da infância junto as demais políticas públicas que atendem este segmento da população. No terceiro item discorremos sobre o trabalho profissional do serviço social a partir da inserção na política de assistência social e no PIM como forma de reflexão das possibilidades e desafios para a proteção social à primeira infância, somada a estrutura as considerações finais e referências utilizadas.

### **Aproximação com a primeira infância**

A infância “é um período de descobertas, de aprendizados, desafios e superações. Essa fase é marcada sobretudo pela intensidade. É quando os estímulos e o afeto são mais decisivos para a transformação de vidas, de famílias e da sociedade” (PIM, 2018, s/p). A faixa etária dos 0 aos 6 anos de idade, é a fase da vida da criança que mais lhe proporciona descobertas, os bebês têm maior facilidade em aprender, e nunca param, a cada dia é uma nova descoberta. Por isso, a faixa dos 0 aos 6 anos é chamada de Primeira Infância.

Inicialmente cabe destacar a primeira infância, pois são os primeiros anos de vida da criança que permitem a construção dos alicerces do futuro. Assim, percebe-se a importância da criação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento infantil integral, bem como realizar orientações às famílias, que por vezes estão pela primeira vez se deparando com a responsabilidade de formar um novo ser. Para que o desenvolvimento integral da criança seja constante, torna-se importante o papel da família, que deve demonstrar afeto e estimular a criança à novas descobertas, a novos desafios, instigar a experimentar coisas novas. Além do papel afetivo e estimulador da família, é relevante destacar a importância do convívio com outras crianças, para que a construção do saber seja realizada em conjunto com as outras.

Por isso, é que se vê a importância da construção de políticas voltadas à primeira infância, para que juntos, família e sociedade possibilitem a promoção do desenvolvimento infantil bem como a proteção desses indivíduos em construção. Ainda a “valorização dos vínculos afetivos familiares do início da vida expressa a relevância da preocupação em constituir e preservar a condição de humanização da pessoa” (CYPEL, 2011, p. 15).

De acordo com o Artigo 2º do Marco Legal da Primeira Infância “considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança” (BRASIL, 2016, s/p). A legislação que ressalta a criança como sujeito de direitos dispõe ainda que é dever do Estado estabelecer políticas, planos e programas voltados à primeira infância para que atendam as especificidades da faixa etária visando a garantia do desenvolvimento integral. Percebe-se assim a importância de ser enfatizado o trabalho, junto às famílias que possuam gestantes e crianças na faixa etária da primeira infância; além disso, a importância de trabalhar e preparar a autonomia da família para os cuidados necessários para o desenvolvimento integral da criança, começando desde a concepção da vida.

Cypel (2011) apresenta pesquisa do Banco Mundial que indica que “219 milhões de crianças com menos de 5 anos não terão oportunidade de se desenvolver plenamente”, o que se torna um fator preocupante em uma sociedade como a nossa, que cada vez mais cresce em número. Aponta ainda que “os fatores que mais influenciam essa determinação são pobreza, condições precárias de saúde e nutrição e, especialmente uma estimulação muito escassa” (CYPEL, 2011, p. 13). Desta forma, percebe-se a importância da implantação de políticas, programas e projetos voltados a esse público, prioritariamente atendendo àquelas famílias em situação de vulnerabilidade, para que assim tenham o suporte para enfrentamento de tais vulnerabilidades e um olhar mais direcionado às suas demandas.

Para melhor definir a primeira infância e especificar os cuidados e olhares voltados à essa faixa etária, existe a Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016. Essa lei, sancionada com a finalidade de dispor sobre as políticas públicas para a primeira infância e é conhecida como Marco Legal da Primeira Infância.

### **Políticas e programas voltados à primeira infância**

É de se considerar que um olhar especial para a primeira infância é a melhor maneira de reduzir as desigualdades e enfrentar as vulnerabilidades, a partir da implementação de políticas públicas exclusivas a esses sujeitos de direitos e o investimento nos cuidados e no desenvolvimento infantil. Desta forma, percebe-se a importância de articulação de uma rede de cuidados, uma rede de promoção à proteção da infância. Em conformidade com o que traz o Artigo 4º do Marco Legal da Primeira infância, as políticas voltadas para o atendimento dos direitos da criança desta faixa etária serão elaboradas e executadas de forma a:

- I- Atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e cidadã;
- II- Incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;
- III- respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;
- IV- Reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;
- V- Articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;
- VI- Adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;
- VII- articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;
- VIII- descentralizar as ações entre os entes da Federação;
- IX- Promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com o apoio dos meios de comunicação social (BRASIL, 2016, s/p).

No campo da proteção social brasileira registram-se diferentes ações no que tange a atenção à infância nas diferentes políticas públicas, a exemplo da ampliação da rede de educação infantil como garantia da proteção as crianças cujas mães são trabalhadoras e dependem das políticas para manter-se no trabalho. Outra medida que corresponde à proteção da infância, em especial à primeira infância, tem relação com as ações do Programa Bolsa Família (PBF), em relação aos benefícios e acompanhamento nutricional com a pesagem que envolvem a rede de serviços intersetoriais da educação, saúde e assistência social. Ainda que não seja objeto deste trabalho, é imperioso mencionar a importância da rede intersetorial como mecanismo de proteção à infância.

As ações no campo da proteção à primeira infância no âmbito da assistência social destacamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SFCV) e o Programa Primeira Infância Melhor (PIM) que também compõe o conjunto de políticas voltadas ao público da primeira infância. Falaremos da importância de ambos, dando ênfase ao segundo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) faz parte da política de assistência social, tendo suas ações desenvolvidas a partir da Proteção Social Básica, sendo vinculados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), serviço este que é a porta de entrada para acesso aos direitos sociais. O público alvo do SCFV são prioritariamente os indivíduos cuja família já está em acompanhamento pelo PAIF – que é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias, desenvolvido pelos técnicos de referência do CRAS, e aquelas acompanhadas pelo PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias) desenvolvido pelo CREAS, estes mediante encaminhamento da equipe referência, como forma de complemento ao trabalho desenvolvido pelos técnicos; ou mesmo quem dele necessitar, uma vez que é ofertado pelo SUAS.

As famílias que recebem acompanhamento tanto do PAIF quanto do PAEFI são aquelas que apresentam alguma situação de vulnerabilidade social. Tal acompanhamento existe como uma forma de enfrentamento às questões sociais apresentadas pelas famílias, que têm nos serviços um suporte estratégico, de acordo com sua demanda. As ações desenvolvidas pelo SFCV estão voltadas a diferentes grupos, com o objetivo de promover o convívio social aos indivíduos, visando “à convivência, à socialização e à acolhida de famílias cujos vínculos familiares e comunitários precisam ser protegidos” (GESUAS, 2021, s/p). Os grupos desenvolvidos dentro do SCFV, podem ser divididos de forma a atender: crianças até 6 anos de idade (primeira infância); crianças e adolescentes; jovens, adultos e idosos.

Como o foco aqui é a primeira infância, dar-se-á ênfase à importância deste serviço a esse público-alvo. Quando se trabalha com a faixa etária da primeira infância, deve-se priorizar o desenvolvimento integral da criança, sem deixar de lado as suas particularidades. Dito isto, sabe-se que o SCFV deve ter como norte a convivência social, a participação e o direito de ser de cada indivíduo e por isso é desenvolvido através de encontros grupais. Assim, a convivência social é o principal foco do serviço de

convivência, uma vez que se deve trabalhar com as crianças o estímulo ao convívio com demais indivíduos, bem como a formação da identidade.

Ademais, tem-se o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) que traz o destaque da importância que a criança tem perante à comunidade, como sujeito de direitos, tendo esta instituição, juntamente com a família, sociedade e o estado, o dever de “assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL,1990, p.16), conforme aponta o Art. 4º que traz ainda a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas como garantia de prioridade.

Da mesma forma, a participação é fundamental para a estimulação daquele que é atendido, promovendo a importância do indivíduo como sujeito de direito, principalmente aqueles na faixa da primeira infância, enfatizando ainda o direito de ser da criança, através do estímulo e troca de experiências (MDS, 2017).

Como já mencionado, o SCFV trabalha o indivíduo em seus diferentes grupos, no grupo de crianças de 0 a 6 anos, o objetivo principal é trabalhar o desenvolvimento individual e o convívio familiar e comunitário, visando “fortalecer vínculos de afetividade e cuidado, além de prevenir a ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil” (GESUAS, 2021, s/p.). Importante ressaltar, que é trabalhado com os indivíduos o fortalecimento de vínculos com o cuidador, pessoa responsável por ele nesta faixa, logo, quem o acompanha no desenvolvimento das atividades. Assim, o “SCFV para crianças de 0 a 6 anos, tem por finalidade manter as especificidades e objetivos do serviço, tendo os encontros, a função de fortalecer vínculos, além de propiciar brincadeiras com adultos, e troca de experiências acerca dos cuidados com uma criança pequena (GESUAS, 2021, s/p).

A proposta das atividades desenvolvidas a partir do SCFV para as crianças de 0 a 6 anos, é de que haja uma conexão entre criança/cuidador “por meio de experiências lúdicas, brincadeiras, vivências artísticas, culturais, esportivas e de lazer, sem perder de vista as ocasiões para reflexões sobre as práticas cotidianas que envolvem crianças pequenas e os seus cuidadores” (MDS, 2017 p. 5).

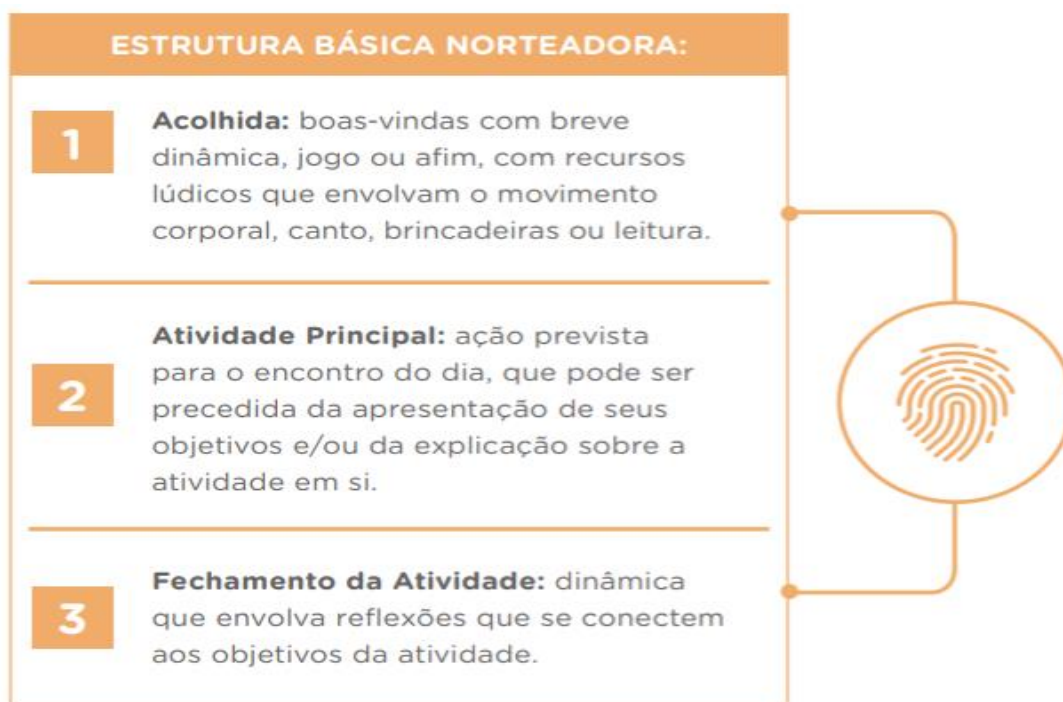
Assim, traz o Caderno de Atividades do SCFV, levando em conta que os atendimentos envolvem criança e cuidador, que “Durante os encontros do grupo, são desenvolvidas atividades que potencializam o desenvolvimento mental, de linguagem,

socioemocional e físico das crianças e estimulam as interações sociais entre ela, o seu cuidador e os demais participantes” (MDS, 2017 p. 9).

Os encontros podem se tornar ocasiões propostas “para a criança fortalecer vínculos e brincar com os adultos, enquanto estes trocam experiências sobre os desafios cotidianos no cuidado com uma criança pequena (MDS, 2017 p. 16). É importante salientar, conforme aponta o caderno de atividades do SCFV, a importância de o orientador/educador social, buscar estratégias que “prendam” tanto o cuidador quanto a criança à atividade proposta.

O caderno de atividades, propõe uma estrutura norteadora para o desenvolvimento das atividades em grupo, levando em conta os seguintes passos: acolhida, atividade principal e o fechamento da atividade. Outro fator importante a se considerar é o tempo de realização das atividades, sem esquecer que embora se tenha adultos trabalhando, o foco principal são as crianças de 0 a 6 anos, desta forma, não é recomendado um tempo muito extenso de atividades; dentre outros.

**Figura 1** – Estrutura norteadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.



Fonte: Caderno de atividades para SCFV (MDS, 2017, p. 16).

Com o foco em um trabalho mais individualizado, mas totalmente voltado à primeira infância, é que existe o Programa Primeira Infância Melhor – PIM, no estado do Rio Grande do Sul. O PIM surge a partir da Lei Estadual nº 14.594 de 18 de agosto de 2014, que institui o programa no estado, como um programa intersetorial proposto para trabalhar exclusivamente com gestantes e crianças na faixa etária dos 0 aos 6 anos de idade.

Com o intuito de promover, em conjunto com a Saúde, a Assistência Social e a Educação, o desenvolvimento, a promoção e a proteção da infância e da maternidade. Tendo ainda como objetivo principal, o apoio às famílias, a partir de sua realidade, no apoio à promoção integral das crianças na faixa etária da primeira infância. Assim, o PIM atua a partir de três eixos norteadores, sendo eles: a vigilância e a promoção do desenvolvimento integral infantil, a interação parental positiva e a articulação em rede.

Diferente do trabalhado realizado no SCFV, o PIM atua diretamente na casa das famílias atendidas, por meio de visitas domiciliares periódicas, geralmente semanais; as atividades são elaboradas pelas visitadoras, a partir de um plano individual de atendimento, e de acordo com a idade de criança. Periodicamente, são realizadas atividades grupais, e ações envolvendo a comunidade no geral. A existência do programa contribuiu para que

[...] o panorama da infância gaúcha passou a ser visto através de outro paradigma. Ao invés do incessante registro dos números que apontavam para a perda de vidas, passou-se ao registro dos ganhos de desenvolvimento promovidos pelas competências da própria família (PIRES, 2018, p. 10).

Ademais, a existência do Primeira Infância Melhor, impacta na sociedade e na realidade das famílias assistidas, que passam a ver nos profissionais a base para conquistar a sua própria autonomia enquanto responsáveis. É “através da visita domiciliar sistemática e sua capacidade para monitorar e avaliar o diferencial de quaisquer outras experiências conhecidas. Empatia, apoio, escuta e vínculo constituem elementos fundamentais neste cenário” (PIRES, 2018, p. 10).

Suas ações têm como foco “a promoção do desenvolvimento integral infantil, da parentalidade positiva, bem como a identificação de potencialidades e necessidades das famílias que devem ser articuladas em rede, visando a integralidade do cuidado” (PIM, 2003-2021, s/p) na primeira infância. As atividades desenvolvidas pela equipe do PIM “buscam desenvolver conhecimentos de saúde, educação, cultura e desenvolvimento



social e utilizam a ludicidade como uma abordagem que incorpora brincadeiras e jogos e valoriza o potencial brincante das crianças e famílias nos processos de ensino e aprendizagem” (PIM, 2003-2021, s/p).

Ao adquirirmos conhecimentos acerca da primeira infância, bem como conhecer a atuação do Programa nos municípios, podemos perceber suas contribuições tanto para o desenvolvimento integral da criança, para as famílias quanto a capacidade de, ao estar inserido dentro do ambiente de formação e convívio delas, identificar as demandas e vulnerabilidades das famílias que vão além daquelas atividades que estão sendo desenvolvidas naquele momento.

A partir disso então, o visitador (profissional que executa as atividades com as famílias) que tem a possibilidade de articulação com o grupo técnico de profissionais que trabalham em conjunto, poderá direcionar às famílias aos atendimentos necessários, atendendo assim boa parte das necessidades apresentadas pelo núcleo familiar. A presença de profissionais dentro do ambiente familiar, torna o atendimento e as orientações mais fáceis de acontecerem, pois, a partir do vínculo construído, o profissional tem a autonomia de mostrar, através da realidade em que está inserido as melhores formas e possibilidades que a família têm de contribuir para o desenvolvimento de sua criança, bem como possibilita a melhor forma de proteção à criança.

O público-alvo de atendimento do PIM são prioritariamente as famílias que apresentam alguma situação de vulnerabilidade, que contenham em seu núcleo gestantes, puérperas e/ou crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. O Programa tem seu suporte teórico “firmado nas contribuições de estudiosos acerca do desenvolvimento infantil, tendo como base as primeiras relações do bebê com o mundo [...] além de trabalhar com referências multidisciplinares visando o desenvolvimento integral da infância, dentro da perspectiva de uma educação não formal” (PIM, 2003-2021, s/p).

O PIM funciona a partir de uma estrutura, uma composição de equipes, que funciona da seguinte forma:

- **Grupo Técnico Estadual (GTE)** – este é o grupo gestor do PIM, tem como atribuições apoiar a implantação do programa nos municípios, monitorar e avaliar a execução e resultados atingidos pelos municípios. Funciona como um suporte às equipes municipais, estando diretamente ligado à Secretaria Estadual de Saúde, bem como às Coordenadorias regionais de Saúde.
- **Grupo Técnico Municipal (GTM)** – este é o grupo gestor do programa dentro dos municípios, deve ser composto minimamente por um técnico de nível superior atuante na política de Assistência Social, um técnico de nível superior atuante na Saúde e um técnico atuante na Educação. A equipe é nomeada mediante decreto municipal, e cada profissional deve atuar 10h semanais dentro do PIM. Resumidamente, a equipe de GTM tem

como função coordenar as ações desenvolvidas pelo PIM no município, conhecer o território em que o programa atua, promover capacitações aos visitadores bem como a formação inicial para toda a equipe, implantar, monitorar e atualizar o Sistema de Informações do PIM (SisPIM) regularmente, articular o PIM com os demais serviços de atenção às famílias articulando a rede.

- **Monitor/Coordenador:** profissional responsável pela supervisão do trabalho e interlocução com os Visitadores, o GTM e a rede de serviços. Deve apoiar o trabalho dos Visitadores, acompanhando, orientando e monitorando suas atividades. Tem como principais atribuições atuar juntamente com o GTM na formação inicial e continuada de visitadores, realizar a articulação entre visitadores e GTM, identificar as demandas apresentadas na rotina de trabalho dos visitadores e realizar articulação com a rede.
- **Visitador:** é responsável pelo atendimento às famílias, devendo planejar e executar os atendimentos considerando o contexto familiar, comunitário e cultural, visando fortalecer as competências familiares para cuidar e educar suas crianças, elegendo orientações e ações que contribuam para o fortalecimento dos vínculos afetivos e para o desenvolvimento integral das crianças (PIM, 2003-2021, s/p.).

Buscamos a seguir apresentar alguns elementos da implementação do PIM no município de Jaguari e as reflexões teóricas da presença do serviço social junto a equipe do programa.

### **O olhar profissional para com a primeira infância e a articulação com a política pública de Assistência Social**

Como o objetivo deste estudo buscou refletir sobre o PIM no contexto de trabalho da autora, entende-se que tais aproximações teóricas contribuem para possíveis revisões e aprimoramento das ações no âmbito do trabalho. Logo, tal reflexão implica em mostrar o trabalho realizado pelo PIM, e os possíveis efeitos para as famílias atendidas pelo programa, uma vez que a acolhida no programa proporciona inúmeras informações e contribuições para o desenvolvimento infantil. Embora, comparado a outras políticas de atenção às crianças, seja considerado um programa novo, já conseguiu atingir centenas de famílias nos 229 municípios que pactuaram com a implantação do programa.

O programa é bastante ativo e referência regional desde sua implantação no município de Jaguari, no ano de 2009, e atende cerca de 170 famílias atualmente. Sua composição estrutural é a seguinte:

- 1 monitor/coordenador,
- 1 técnico atuante na política de assistência social,
- 1 técnico atuante na política de saúde,
- 1 técnico atuante na política de educação (que formam o GTM) e

9 visitantes que realizam atividades diretamente com as famílias, totalizando uma equipe de 13 componentes.

Cabe mencionar que o município utilizado como referência é de pequeno porte, com um número populacional inferior a doze mil habitantes e consegue atingir todas as áreas territoriais com suas intervenções. O município de Jaguari possui além do Centro da cidade, 9 bairros que recebem semanalmente a presença dos visitantes - basicamente distribuídos um por bairro, com algumas exceções que podem atender mais.

Os atendimentos do PIM são realizados a partir de visitas domiciliares e atividades grupais periódicas. Cada família atendida tem um Plano Singular de Atendimento, uma vez que algumas possuem gestantes, crianças ou ambos em um mesmo grupo familiar; este plano é construído em conjunto com a visitadora e o responsável familiar, passando pelo GTM para assim obter orientações acerca das atividades a serem realizadas de acordo com a realidade de cada uma. Para fazer parte do PIM, a família pode procurar o programa por demanda espontânea, ou ser encaminhada por algum serviço. Também, periodicamente as equipes buscam articulação com a secretaria de saúde para realizar novos cadastros de gestantes e de crianças, ou mesmo realizam busca ativa dentro dos territórios.

É importante destacar a não obrigatoriedade de participar do Programa, mas também a importância da inserção nos atendimentos para um melhor desenvolvimento infantil, levando em consideração que o PIM trabalha em separado do ambiente escolar, realizando atividades voltadas a educação e desenvolvimento infantil em um outro viés, assim, mesmo que as crianças já estejam inseridas no ambiente escolar, podem receber o acompanhamento do PIM.

O trabalho do PIM se fortifica ainda quando destaca a importância do olhar individualizado às crianças, por isso é essencial que haja um tempo disponível para a realização das atividades (os atendimentos podem variar de 45 minutos a 1 hora). É a partir desse momento que se é possível conhecer as particularidades de cada criança. Também é importante criar condições para que a criança se expresse, a partir da preparação de um ambiente que permita ter liberdade de expressar suas ideias e necessidades, observando os movimentos corporais, expressões faciais e a forma como ela brinca.

A partir do trabalho realizado pelos visitantes, as medidas adotadas pelo PIM visam contribuir para:

Fortalecer as competências e os vínculos familiares;  
Promover práticas de interação parental positivas, baseadas no melhor interesse da criança;  
Promover o cuidado, a proteção e a educação das crianças;  
Promover o desenvolvimento integral infantil;  
Favorecer o acesso aos demais serviços da rede (PIM, 2021, p. 27).

Diante disso, percebe-se a visibilidade da infância como sujeito de direitos, dando uma destacada importância para aquilo que de fato deve ser considerado diante do trabalho voltado a esse público. Quando se fala em políticas públicas, é crucial a importância e a relevância do trabalho voltado diretamente a esses indivíduos, que são mais vulneráveis no que diz respeito a sociedade atual, e é aí que se inicia a intervenção do poder público com o foco no início da vida, lembrando que as crianças também são usuárias dos serviços e necessitam de um olhar especializado, no sentido de prevenção e proteção à vida.

Montaño (2009, p.199) considera que “o Serviço Social deve transcender à prática rotineira desenvolvida em torno de velhos campos, deve incorporar para o espaço profissional o estudo e as novas respostas tanto às demandas já existentes quanto às demandas emergentes”. Isso porque os espaços sócio-ocupacionais também sofrem mudanças e instituem aos Assistentes Sociais o desafio de “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas ou capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

Sendo assim, o profissional não pode entender os instrumentos apenas como teoria, pois ela é indissociável da prática, ou seja, o profissional se utiliza destes conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos para sua intervenção, levando em conta a sua relativa autonomia, sem deixar esquecido, o que nos lembram Braz e Teixeira (2009, p. 12), que é “preciso enfrentar a realidade com competência profissional e consciente do significado político profissional de nossa atuação”.

A relevância dessa discussão de atuação do assistente social, ocorre pelo fato de o profissional estar inserido no programa de promoção à primeira infância, enquanto técnico responsável pela articulação do programa com a política de assistência social, política esta que está prevista na Constituição Federal de 1988 como direito de todos a quem dela necessitarem e de caráter universal.

Assim sendo, vê-se a importância da compreensão da participação do assistente social, dentro do programa Primeira Infância Melhor que é diretamente ligado à saúde,

porém, o programa atua através de uma rede de cuidados que intercala todas as políticas aqui referidas. Desta forma, o assistente social insere-se neste espaço como profissional atuante no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O objetivo de se ter um profissional de outras políticas dentro do programa, é a possibilidade de realizar a articulação entre ambas e os encaminhamentos voltados à elas, a partir da percepção trazida pelo visitador, que é o profissional que realiza as intervenções dentro do ambiente familiar, que irá apresentar ao profissional as fragilidades/vulnerabilidades apresentadas pela família que atende, e junto ao técnico irá buscar as orientações necessárias para levar a família, ou mesmo contará com o profissional técnico que atua como apoio às intervenções a serem realizadas junto à família, destacando que “o olhar específico do Serviço Social para a primeira infância [...] deve levar em consideração a importância de propiciar espaços adequados para que a criança possa ser ouvida e expressar sua opinião” (COSTA, 2019 p. 7).

Com isso, as equipes referências da rede de apoio conseguem atender às demandas apresentadas pelas famílias do município quase que em sua totalidade, uma vez que a articulação existente entre os serviços funciona de forma excepcional. Assim, consegue-se realizar os encaminhamentos necessários a partir do olhar sensível dos profissionais.

Nesse sentido, poderá o profissional técnico realizar visita domiciliar com o intuito de orientar e conhecer mais de perto a realidade deparada pelo visitador, mediante articulação do mesmo. Quando houver visita domiciliar, esta será realizada a pedido do visitador, em conjunto com ele ou apenas pelo grupo técnico, por questões de sigilo profissional, de acordo com a demanda apresentada pela família.

É relevante salientar, conforme Costa (2019, p. 8) que “é importante demarcar a diferença entre tratar a criança na primeira infância como objeto de programas desenhados para atenuar as múltiplas carências que as afetam em contraponto de políticas com enfoque nos direitos” e, é nesse sentido que embora o PIM seja parte de um desenho de programas voltados à primeira infância, está além da mera limitação de atividades específicas, conseguindo expandir suas intervenções através da articulação com a rede de apoio, fazendo com que a criança esteja no seu papel de sujeito de direitos, sem deixar esquecido que deve ter suas particularidades levadas em consideração.

## Conclusão

Ao finalizar este trabalho é importante destacar a relevância do processo de formação junto à Especialização em Políticas de Atenção a Criança e Adolescente em Situação de Violência (ECASVI). A aproximação com o espaço acadêmico oportuniza aos trabalhadores refletir sobre suas experiências profissionais potencializado assim as ações de intervenção sob uma perspectiva de proteção integral à infância. Ainda que se reconheçam os entraves próprios do modelo societário e da característica das políticas públicas sob viés neoliberal a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras que atuam neste campo potencializam a dimensão interventiva. Destacamos, portanto, a relevância da reflexão aqui tecida com relação à especialização a qual este estudo está vinculado – a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras que atuam em diferentes políticas, programas e projetos no campo da proteção à infância.

Com relação aos direitos das crianças na faixa da primeira infância e das políticas públicas atuantes na garantia de direitos desse público-alvo, pode-se perceber a importância da implementação das políticas voltadas a esse público. De forma a garantir os direitos das crianças e das famílias, além de um olhar mais voltado também para a gestante. Com a construção do material e com o conhecimento profissional a partir da inserção e atuação em um programa voltado ao atendimento à primeira infância, pode-se ter a límpida consciência da relevância de um trabalho dedicado exclusivamente a esse público. A partir do trabalho desenvolvido com famílias em situação de vulnerabilidade e risco, tem-se no Programa Primeira Infância Melhor, um ponto chave de atuação na promoção de desenvolvimento integral da infância e da maternidade (a partir do trabalho com as gestantes), sendo considerado um programa social de ação educativa.

Para além disso, a rede visualiza e compreende o PIM como um grande aliado na identificação de demandas que muitas vezes passam despercebidas por outros serviços, que não se fazem presentes no cotidiano familiar. Dessa forma, o PIM atua também como apoio ao Sistema de Proteção Social, realizando articulação com os técnicos que ao mesmo tempo que se fazem atuantes dentro do programa, também compõem a rede de proteção.

Embora o PIM não atue diretamente no trabalho de proteção, pode-se considerar o trabalho realizado pelos visitantes como parte do processo de prevenção, uma vez que ao realizarem as atividades voltadas para o desenvolvimento integral, com um olhar

sensível e direcionado a criança em particular, consegue visualizar determinadas situações vivenciadas pelo indivíduo dentro do contexto familiar.

Assim, torna-se de extrema importância a articulação do PIM com a rede de proteção municipal, para que assim se consiga realizar as intervenções adequadas as demandas apresentadas pelas famílias, podendo buscar as estratégias pertinentes a realidade e de alguma forma tendo o suporte do vínculo estabelecido entre visitador/família e/ou visitador/criança.

## Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília: 1990.

BRASIL. **Marco Legal da Primeira Infância**, Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília: 2016.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina B. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social- CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, 2009.

CYPEL, Saul. Org. **Fundamentos do Desenvolvimento Infantil: da gestação aos 3 anos**. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo: 2011.

COSTA, Carolina Terra Q. **A EMERGENCIA DO OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília: 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

FERREIRA, José Wesley. **Questão Social: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2008.

GESUAS. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Tudo o que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo**. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/scfv/>. Acesso em 11/08/2021.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. **Caderno de atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Para Crianças de 0 a 6 anos**. Brasília, MDS, 2017.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, “a especificidade” e sua reprodução**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIRES, Laci Maria da Silva. Apresentação. In: **Primeira Infância Melhor: 15 anos de histórias**. ESMERALDO, Márlío. Org. Primeira Edição. Porto Alegre: 2018.

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM. **PIM na rede**. 2018. Disponível em: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/> Acesso em 11/08/2021.

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM **O que é o PIM**. 2003 – 2021 – Site: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/> Acesso em 11/08/2021.

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM. **Formação introdutória do Primeira Infância Melhor**. Modalidade Remota. Módulo 1. 3ª Edição. Abril/Maio 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **LEI Nº 12.544, institui o Programa Primeira Infância Melhor**. Porto Alegre: 3 de julho de 2006.